

Violência nas relações de namoro entre adolescentes: Avaliação do impacto de um programa de sensibilização e informação em contexto escolar

Rosa Saavedra* / Carla Machado**

*Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; **Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Este estudo pretende avaliar o impacto de uma acção de sensibilização e informação sobre violência nos relacionamentos de namoro, implementada em contexto escolar, e perceber o papel do género no impacto da intervenção. Esta foi uma acção composta por três sessões de 90 minutos, cada uma, conduzidas junto de 578 alunos de 15 escolas do norte de Portugal.

Todos os alunos preencheram, antes e após a intervenção, questionários de auto-relato acerca das suas atitudes sobre a violência física, psicológica e sexual nos relacionamentos de namoro e acerca das estratégias de resolução de conflitos por si utilizadas nestes relacionamentos.

Os resultados revelaram a eficácia da intervenção ao nível da diminuição das atitudes de legitimação da violência nos relacionamentos, mas não foi possível identificar um impacto significativo da acção nas estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos participantes. Estes dados podem estar associados ao facto de o programa ter uma duração breve e uma orientação mais informativa do que comportamental.

A questão do impacto diferencial deste tipo de programas em função do género não apresentou neste estudo resultados conclusivos.

Palavras-chave: Avaliação do impacto, Prevenção, Violência no namoro.

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, as estratégias de prevenção dirigidas à violência nos relacionamentos íntimos (referenciada na literatura como *partner violence* ou *intimate partner violence*) adoptaram uma linha de intervenção sobretudo reactiva, numa lógica de combate contra um problema inequivocamente grave (e.g., Atkinson, Indermaur, & Blagg, 1998; Hammond, Whitaker, Lutzker, Mercy, & Chin, 2006; Matos, 2002; Schewe, 2002; Wolfe & Jaffe, 1999) mas focando-se, sobretudo, nas relações estabelecidas pela população adulta (Whitaker, Morrison, Lindquist, Hawkins, O'Neil, Nesius, Mathew, & Reese, 2006).

A violência no namoro tem visto, contudo, mais recentemente, a atenção de muitos profissionais e investigadores dirigida sobre si, não apenas pela frequência que parece assumir dentro dos relacionamentos íntimos – alguns autores referem taxas de prevalência entre 12% e 59.1% (cf.

Este texto foi elaborado no âmbito do Projecto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/PSI/65852/2006), coordenado por Carla Machado, e o estudo aqui apresentado foi desenvolvido no âmbito da tese de doutoramento da primeira autora, também com o apoio da FCT (SFRH/BD/28483/2006).

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Rosa Saavedra, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Rua Aurélio Paz dos Reis, 351, 4250-068 Porto. E-mail: rosasaavedra@apav.pt

Jackson, Cram, & Seymour, 2000)¹ – e pelo impacto que causa nas suas vítimas mas, sobretudo, por ser considerada um forte preditor da violência nas relações de conjugalidade (e.g., Wekerle & Wolfe, 1999). Um estudo efectuado por O’Leary (1989, citado por Cleveland, Herrera, & Stuewig, 2003), em que este acompanhou a transição para o casamento de casais com experiências de abuso físico nas relações de namoro e verificou que cerca de metade relatavam a continuidade dessas experiências após o casamento, parece corroborar esta ideia. Outros estudos de carácter retrospectivo com mulheres batidas na conjugalidade denunciam também experiências precoces de violência (cf. Cleveland et al., 2003).

Em Portugal, num estudo realizado junto de estudantes universitários (Machado, Matos, & Moreira, 2003), 15% dos sujeitos avaliados referiram ter sido vítimas, durante o último ano, de pelo menos um acto abusivo perpetrado pelo namorado/a e 27% dos inquiridos assumiram ter adoptado condutas violentas dirigidas aos seus parceiros. Apesar de os actos mais frequentemente referidos se tratarem de formas aparentemente menos graves de violência (actos como “insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou ferir”), comportamentos mais graves como “actos sexuais contra a vontade”, “murros”, “pontapés” ou “cabeçadas”, entre outros, também estavam presentes, com percentagens a variar entre os 2.1% e 0.3%. A corroborar a necessidade de focalizar a atenção na violência que tem lugar nas relações juvenis de intimidade, no mais recente estudo realizado em Portugal no domínio da violência no namoro, com uma amostra de 4667 estudantes do ensino secundário, do ensino profissional e do ensino superior, 25.4% dos jovens, entre os 13 e os 29 anos, referiram ter sido vítimas de violência na sua relação de namoro durante o último ano (Machado, Caridade, & Martins, 2009).

Outro elemento relevante abordado nestes dois estudos relaciona-se com a relação entre as atitudes de minimização ou legitimação da violência e os comportamentos de vitimação e de agressão. Crenças erradas acerca da violência parecem promover a culpabilização da vítima, a desresponsabilização do agressor e ser importantes preditores do envolvimento em relacionamentos abusivos (ibidem).

Estes dados, associados ao facto de alguns estudos correlacionarem positivamente a duração da relação com índices mais elevados de severidade e de frequência da violência (Hamberg, Holtzworth, & Monroe, 1994, citados por Caridade & Machado, 2006) impelem a que os esforços de prevenção devam iniciar-se o mais precocemente possível.

Analisaremos de seguida o que tem caracterizado os esforços preventivos neste domínio.

No final da década de 90, Wekerle e Wolfe (1999) efectuaram uma análise comparativa de seis programas de prevenção da violência no namoro e concluíram que todos os programas apresentavam um modelo teórico subjacente, maioritariamente as perspectivas feministas² ou a

¹ Uma das razões para as diferenças de prevalência encontradas pelos vários estudos provavelmente estará associada à própria definição de namoro, uma vez que este conceito poderá incluir situações tão distintas como, por um lado, o “sair” com mais do que um parceiro ou parceira e, por outro, os compromissos íntimos e sérios, em regime de exclusividade (Avery-Leaf & Cascardi, 2002). Por outro lado, os dados de prevalência também oscilam em virtude do período de análise considerado em cada estudo, uma vez que este pode variar, por exemplo, entre a ocorrência de um ou mais episódios ao longo da vida e a ocorrência de um ou mais episódios no ano anterior ao inquérito (Gover, 2004).

² A abordagem difundida pelas teorias feministas assenta no pressuposto de que a estrutura social patriarcal está na base da etiologia da violência exercida pelos homens sobre as mulheres, sublinhando as diferenças culturais que reforçam as desigualdades de poder e de controlo entre os dois géneros. Todavia, aplicada a uma problemática como a violência no namoro, sobressaem duas limitações desta abordagem: por um lado, a ausência de uma justificação para a elevada percentagem de violência feminina nestes relacionamentos (Dutton, 1994, citado por Avery-Leaf, Cascardi, O’Leary, & Cano, 1997) e, por outro, a ausência de reflexão sobre a ocorrência de violência nos relacionamentos íntimos homossexuais.

teoria da aprendizagem social³; a maioria dos programas focava de forma directa a problemática da violência no namoro; dirigia-se a estudantes do ensino secundário; a intervenção era feita no contexto escolar, na comunidade ou numa modalidade mista; a lógica de intervenção era sobretudo universal, embora dois programas efectuassem uma intervenção selectiva, seleccionando uma população de risco (e.g., com história passada de violência familiar); as intervenções eram conduzidas em grupo, por um ou mais facilitadores treinados para o efeito; e a duração destas variava entre 1 e 20 horas.

Mais recentemente, Whitaker e colaboradores (2006) efectuaram uma análise comparativa de onze programas de prevenção e reiteraram a associação da base teórica das intervenções às teorias feministas e à teoria de aprendizagem social, o carácter sobretudo universal dos programas, a sua realização em contexto escolar, a sua curta duração (apenas três programas apresentavam uma duração superior a 5 horas) e a condução da intervenção predominantemente pelos professores (em seis dos onze programas), depois de alguma formação para este efeito (a descrição dos programas é, em geral, omissa no que concerne ao detalhe dos conteúdos desta formação).

Apesar de a maioria dos programas descritos utilizar *designs* experimentais, segundo os autores, a sua qualidade era bastante reduzida, fundamentalmente em virtude dos curtos períodos de *follow-up* e da falta de instrumentos standardizados para a população adolescente. Por outro lado, todos os programas mediram o impacto da intervenção ao nível dos conhecimentos, atitudes ou crenças, mas apenas quatro mediram o seu impacto ao nível comportamental. Esta dificuldade parece, segundo os autores, estar associada, não à falta de consciência da necessidade de o fazer, mas à dificuldade em concretizar os indicadores a utilizar para a obtenção destes dados. Algumas das alternativas apresentadas relacionam-se com a possibilidade de aceder aos relatos do agressor através dos relatos da vítima. Contudo, a volatilidade dos relacionamentos de namoro poderá ser uma condicionante nesta análise (Whitaker et al., 2006).

Outra crítica resultante desta revisão resulta da percepção de que, apesar de todos os programas apresentarem a teoria da aprendizagem social como base da sua intervenção, e sendo a aquisição de novas competências um dos seus objectivos primordiais, nenhum deles contemplava esta componente na sua avaliação. A questão da avaliação surge, desta forma, como um problema comum e muito significativo destes programas. De facto, de acordo com Schewe (2002), apesar de na última década muitas escolas terem dedicado algum espaço à realização de programas de prevenção em diversas áreas da violência, a preocupação com a eficácia destas mesmas intervenções só mais recentemente mereceu igual atenção. E isto porque aparentemente “documentar o sucesso da intervenção na violência é muito mais difícil do que documentar a existência de violência” (ibidem, p. 4). Assim, apesar do investimento percebido ao nível da execução e proliferação destas dinâmicas preventivas, a avaliação da eficácia dos resultados parece continuar a ser o “calcanhar de Aquiles” destes esforços.

Em Portugal, com base numa recolha de programas efectuada em 2007 (Saavedra & Machado, no prelo), a amostra de programas de prevenção de que dispomos neste domínio é bastante restrita, sobretudo tendo em conta o número de entidades e serviços que se dedicam à intervenção na violência doméstica/intima. Num universo de oitenta e três serviços referidos no *Guia de Recursos na Área da Violência Doméstica* (Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, 2006) como sendo Estruturas de Atendimento Especializado da Rede Nacional de Atendimento para Vítimas

³ A teoria da aprendizagem social explica a violência que tem lugar nos relacionamentos de namoro como sendo produto de uma aprendizagem que teve lugar num contexto passado, como a família, ou num contexto mais actual, como a escola, grupo de pares ou relacionamento de namoro (Chung, 2005). Ainda segundo este autor, a maior limitação desta teoria é a imagem de quase total ausência de controlo do indivíduo face às suas opções.

de Violência Doméstica, e contactados através de questionário, apenas foram identificadas seis iniciativas de prevenção da violência na intimidade juvenil.

Apesar desta escassez de acções, os dados obtidos a partir deste levantamento corroboram algumas das reflexões internacionais neste domínio (e.g., esforços de curta duração, em contexto escolar, com problemas ao nível da avaliação), com a agravante de os esforços de prevenção em Portugal serem sobretudo realizados por ONG, sendo que a sua execução está, de um modo geral, dependente de financiamentos extraordinários, tornando estas iniciativas algo de pontual. Acresce que a maioria dos resultados faz parte apenas do espólio das instituições, não havendo publicação ou disseminação destes (Saavedra & Machado, no prelo).

Em suma, os dados disponíveis sobre a prevalência da violência nas relações juvenis de intimidade justificam a necessidade premente da sua prevenção no nosso país. Importa, porém, conhecer e avaliar de forma aprofundada os esforços nacionais e internacionais já desenvolvidos neste domínio, de forma a procurar, por um lado, preencher as lacunas e evitar a repetição de erros já identificados e, por outro, disseminar e replicar as boas práticas. O estudo que aqui apresentamos visa, precisamente, contribuir para a avaliação de um destes programas.

OBJECTIVOS DO ESTUDO

O *Projecto IUNO II – sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual* foi promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e aprovado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), no âmbito Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) – Medida 4.4. Tipologia de Intervenção 4.4.3.1 *Pequena Subvenção às ONG*. Foi implementado em contexto escolar, entre 1 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006.

Os objectivos gerais desta intervenção foram três: (1) criar um espaço que permitisse a sensibilização e a informação acerca de questões relacionadas com a violência física, psicológica e sexual nos relacionamentos de namoro; (2) estimular os adolescentes na procura e valorização das suas competências e aptidões nos domínios pessoal e comportamental, promovendo uma atitude responsável de minimização dos fenómenos referidos; e (3) implementar e testar a eficácia de uma intervenção desta natureza ao nível das atitudes e comportamentos dos alunos.

Relativamente às expectativas face aos resultados desta intervenção, estas eram, essencialmente, as seguintes: (1) promover atitudes mais realistas e informadas do grupo-alvo em relação ao fenómeno da violência do namoro, nas suas dimensões física, psicológica e sexual; (2) diminuir a concordância com atitudes de legitimação da violência física, psicológica e sexual nas relações de namoro; (3) aumentar a utilização de estratégias de resolução de conflitos positivas e não abusivas.

METODOLOGIA

Descrição da intervenção

Esta intervenção foi desenvolvida ao longo de três sessões de 90 minutos cada, realizadas com um intervalo de duas semanas. No plano teórico, adoptou uma combinação de modelos:

- a) uma abordagem educativa, que procurou contribuir para um melhor conhecimento do grupo relativamente à problemática, ao seu impacto físico, psicológico e social, aos principais recursos comunitários disponíveis para quebrar o ciclo de violência e à identificação de comportamentos não violentos de resolução de conflitos;
- b) uma componente socio-cognitiva, que incidiu na valorização da compreensão social e cultural do fenómeno através do desafio de atitudes de legitimação/minimização da violência nos relacionamentos de namoro e da compreensão do impacto que as crenças acerca dos papéis de género podem desempenhar nas atitudes e comportamentos nos relacionamentos íntimos. Da teoria feminista, foram seleccionados dois conceitos explicativos da violência: a “desigualdade de poder” e “o controlo”, ainda que sem recorrermos ao conceito de violência de género, ou seja, sem identificarmos a violência como associada a uma estrutura patriarcal e sem a tipificarmos como sendo predominantemente exercida pelos homens contra as mulheres.

Os tópicos abordados nas sessões estão sumariamente descritos na Tabela 1.

TABELA 1

Descrição das sessões de sensibilização e informação realizadas no âmbito do Projecto IUNO II

Sessão nº 1	Sessão nº 2	Sessão nº 3
Acção de sensibilização e informação sobre violência física e psicológica nas relações de namoro	Acção de sensibilização e informação sobre violência sexual nas relações de namoro	Acção de sensibilização e informação sobre estratégias de prevenção da violência nos relacionamentos de namoro
1. Relação entre violência doméstica e violência no namoro	1. Violência sexual nas relações de namoro – Conceito de violência sexual – Estereótipos de género relacionados com a violência sexual – Normalização da violência sexual nas relações de namoro – Discussão de dois casos práticos	1. Realização de uma actividade prática relacionada com a violência no namoro, no âmbito de uma campanha de sensibilização a ser concretizada na escola.
2. Relações de namoro – Relações de namoro positivas – Comportamentos prejudiciais numa relação de namoro	2. Razões para a manutenção numa relação violenta	
3. Violência no namoro – Conceito de violência no namoro – Formas de violência no namoro – Causas da violência no namoro	3. Direitos e deveres numa relação de namoro	
4. Competências de resolução de conflitos	4. Procedimentos a adoptar numa situação de violência no namoro	

Relativamente à duração da intervenção, experiências anteriores compostas por duas sessões⁴ fundamentaram a nossa convicção da necessidade de adicionar uma sessão mais prática ao programa, em que os alunos fossem convidados a planear, apoiando-se na sistematização dos conteúdos anteriormente abordados, estratégias de prevenção passíveis de ser implementadas na sua escola (e.g., exposição de cartazes e folhetos acerca das problemáticas em análise). Apesar de o IUNO II se manter como uma intervenção de curta duração (duração total: 4.5 horas), esta estrutura em três sessões permitiu abordar com alguma especificidade os conceitos de violência física, psicológica e sexual. A importância deste debate detalhado das diferentes formas de violência foi reforçada por um estudo recente acerca das significações atribuídas pelos adolescentes à violência na intimidade, em que é percebida a sua relutância em admitir actos de violência sexual no âmbito de relacionamentos íntimos, considerando-os como actos não consentidos, mas não como actos de violência (Caridade, 2009).

Por outro lado, ainda no que à duração diz respeito, quando a intervenção tem lugar em contexto escolar, como neste exemplo, é relativamente simples obter a concordância e apoio logístico das escolas para a realização de acções cuja duração não seja demasiado comprometedora do funcionamento do calendário escolar e do programa curricular. Pelo contrário, uma acção de média ou longa duração exigiria uma conquista de um espaço na escola e no programa educativo nem sempre possível de negociar.

Esta implementação foi assegurada por uma equipa multidisciplinar de três técnicos⁵ da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com formação nas áreas do Direito, Psicologia e Ciências da Educação e com experiência e/ou formação no apoio a vítimas de crime e no trabalho de sensibilização e informação com crianças e jovens.

Procurámos facilitar o processo de transferência de informação através da utilização de estratégias de *brainstorming*, projecção de conteúdos em *powerpoint*, debate em grupo, e elaboração por parte dos alunos de materiais de informação, como folhetos ou cartazes, com vista à prevenção do fenómeno. Com o intuito de desafiar estereótipos de género associados a esta problemática e de desconstruir imagens de culpabilização da vítima e desresponsabilização do agressor, foram discutidos dois casos práticos.

Amostra

O *Projecto IUNO II – sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual*, foi desenvolvido ao longo de 16 meses, em quinze escolas de concelhos do norte de Portugal (Matosinhos, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Paços de Ferreira, Porto, Paredes, Espinho, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis), envolvendo 578 alunos. O projecto interveio também junto dos auxiliares de acção educativa e profissionais de educação, ainda que os resultados apresentados neste texto digam respeito apenas à amostra dos alunos.

A amostra total deste estudo foi composta por um grupo experimental e um grupo de controlo. O grupo experimental (GE) integrou os 578 alunos já referidos, com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos ($M=16.4$; $SD=1.32$), sendo 314 (54.3%) do sexo feminino e 264 (45.7%) do sexo masculino. Dos 578 alunos que compuseram a amostra inicial, apenas 313 completaram as três fases

⁴ Referimo-nos ao Projecto IUNO – sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual, também desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em 2003-2005, financiado no âmbito do POEDFS, Medida 4.4, Tipologia de Intervenção 7.3 Apoio Técnico e Financeiro às ONG (Saavedra, & Machado, 2007).

⁵ Ao Dr. Hugo Padilha, à Dra. Isabel Braz, e à Dra. Elisabete Hilário, o nosso agradecimento e reconhecimento pelo trabalho de qualidade realizado junto das escolas e pelos contributos inestimáveis para as estratégias de intervenção delineadas e para os resultados finais deste projecto. À Dra. Isabel Lima, o nosso obrigada pelo inquestionável apoio na coordenação desta equipa.

de avaliação (pré-teste, pós-teste e *follow-up*). A mortalidade de parte da amostra inicial esteve associada a três causas: à dificuldade em emparelhar os questionários preenchidos pelos alunos (devido ao preenchimento incorrecto de vários questionários); à existência de questionários não preenchidos na sua totalidade e que por essa razão foram eliminados; e também porque em algumas escolas a implementação tardia e muito próxima do final do ano lectivo impediu a recolha de dados de *follow-up*.

O grupo de controlo (GC) foi composto por 145 sujeitos, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos ($M=16.6$; $SD=1.13$), sendo 78 (53.8%) do sexo feminino e 67 (46.2%) do sexo masculino.

A diferença de idades entre o grupo experimental e o grupo de controlo não era significativa [$t(718)=-0.820$, $p>.05$], assim como também não eram significativas as diferenças verificadas na variável sexo [$\chi^2(723)=-.013$, $p>.05$].

Com vista a minimizar a desvantagem imposta ao grupo de controlo, em virtude da sua não inclusão nas dinâmicas de intervenção previstas neste projecto, após a aplicação do “pós-teste”, foi realizada junto do mesmo uma acção de sensibilização de sessão única, com duração de 90 minutos, sobre a violência nas relações de namoro entre adolescentes. Face às limitações temporais associadas ao final de ano lectivo, não foi possível adiar a realização desta curta intervenção, o que impossibilitou a recolha de dados de *follow-up* que pudessem ser comparados com os valores de *follow-up* do grupo experimental.

Instrumentos

A selecção dos instrumentos de avaliação utilizados teve a preocupação de escolher materiais especificamente concebidos para a população adolescente, nomeadamente ao nível da linguagem utilizada e das situações de conflito relacional apresentadas.

Assim, para conhecer as atitudes dos adolescentes face à utilização de violência nas relações de namoro utilizámos a “Escala de atitudes acerca da violência no namoro” (EAVN), uma tradução e adaptação autorizada das *Attitudes Toward Dating Violence Scales* (Price & Byers, 1999; Price, Byers, Scars, Whelan, Saint-Pierre, & The Dating Violence Research, 2000), validada pelas autoras para a população portuguesa (Saavedra, Machado, & Martins, no prelo). Na sua versão adaptada, tal como na original, a escala é composta por 76 itens e seis subescalas – (1) Atitudes acerca da violência psicológica masculina, (2) Atitudes acerca da violência física masculina, (3) Atitudes acerca da violência sexual masculina, (4) Atitudes acerca da violência psicológica feminina, (5) Atitudes acerca da violência física feminina e (6) Atitudes acerca da violência sexual feminina – , cujos níveis de *alpha* de Cronbach variam entre 0.7 e 0.8 e que permitem avaliar as atitudes acerca da violência física, psicológica e sexual no contexto das relações de namoro, seja esta perpetrada por rapazes seja por raparigas. As três alternativas de resposta expressam o nível de concordância ou discordância com cada um dos itens (1=discordo; 2=não concordo nem discordo; 3=concordo).

Para a avaliação do impacto das sessões nos comportamentos de resolução de conflitos foi aplicado o “Inventário de conflitos nas relações de namoro entre adolescentes” (ICRNA). Este instrumento de auto-relato é uma tradução e adaptação autorizada do *Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory* (Wolfe, Scott, Reitzel-Jaffe, Wekerle, Grayley, & Straatman, 2001), também validado pelas autoras para a população Portuguesa (Saavedra, Machado, Martins, & Vieira, 2011). Na sua versão adaptada, tal como na original, o inventário é composto por duas dimensões: numa primeira dimensão, com 35 itens, é avaliada a utilização pelo respondente de estratégias de resolução de conflitos abusivas ou não abusivas; numa segunda dimensão, também composta por 35 itens, é avaliada a utilização de estratégias de resolução de conflitos abusivas ou não abusivas por parte do(a) namorado(a) de quem responde ao questionário. As estratégias de resolução de conflitos abusivas referem-se à utilização de alguma forma de comportamento

violento, enquanto as estratégias positivas ou não abusivas procuram a resolução da disputa sem recurso a comportamentos agressivos ou violentos. Assim, cada parte do questionário é composta pelos mesmos dois factores, revelados através da análise factorial dos dados, a saber: (1) estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas, e (2) estratégias de resolução de conflitos abusivas. O valor da consistência interna do inventário obtido no estudo de validação conduzido em Portugal, avaliado pelo *alpha* de Cronbach, foi de 0.90, tratando-se, pois, de um instrumento com um elevado nível de consistência interna. As alternativas de resposta indicam a frequência do comportamento (*Nunca*: isto nunca aconteceu no teu relacionamento; *Raramente*: isto aconteceu 1-2 vezes no teu relacionamento; *Às vezes*: isto aconteceu 3-5 vezes no teu relacionamento; *Frequentemente*: isto aconteceu mais do que 6 vezes no teu relacionamento).

O questionário é preenchido apenas por um indivíduo, relativamente aos seus comportamentos e àqueles de que é alvo por parte do outro elemento da sua díade amorosa. Afere ainda a ocorrência de formas específicas de abuso, como o comportamento ameaçador, o abuso físico, o abuso sexual, o abuso emocional ou verbal e o abuso relacional.

Finalmente, com vista a avaliar o nível de satisfação dos alunos relativamente à intervenção, foram aplicados no final da terceira sessão questionários de satisfação referentes aos conteúdos e dinâmicas utilizadas.

Procedimentos

No grupo experimental, os questionários foram aplicados pela equipa de técnicos do projecto junto dos alunos que participaram nas acções de sensibilização e informação, em três fases distintas: *pré-teste*, *pós-teste* e *follow-up*. Os procedimentos de administração foram uniformizados e treinados. Os sujeitos foram informados acerca do carácter voluntário do preenchimento dos questionários, bem como sobre o facto de os dados recolhidos serem absolutamente confidenciais. Reforçou-se a não existência de respostas certas ou erradas, salientando-se a importância da opinião pessoal relativamente às afirmações apresentadas.

O *pré-teste* foi aplicado cerca de duas semanas antes da realização das acções, o *pós-teste* no final da terceira sessão e o *follow-up* entre três a quatro meses após a finalização da intervenção.

No grupo de controlo, os questionários foram aplicados apenas nos momentos *pré-teste* e *pós-teste*, em virtude das dificuldades já elencadas para a condução do *follow-up*, mas com um intervalo de tempo equivalente ao do grupo experimental.

RESULTADOS

Apresentaremos de seguida os resultados referentes ao impacto da intervenção nas atitudes de legitimação da violência nas relações de namoro e nas estratégias de resolução de conflitos nos relacionamentos amorosos. Começaremos por analisar os resultados referentes às atitudes, primeiro comparando os diferentes momentos da intervenção e depois analisando estes em função do género. De seguida, analisaremos os resultados a nível comportamental, também em função dos diferentes momentos de avaliação e do género.

Resultados ao nível das atitudes

Impacto da intervenção

De seguida, serão apresentados os dados relativos ao impacto da intervenção. Começaremos por estabelecer a comparação entre os dados do grupo experimental e do grupo de controlo no pré e no pós-teste. Posteriormente, apresentaremos uma análise mais detalhada dos resultados do

grupo experimental (comparando os três momentos de avaliação realizados) e do grupo de controlo (comparando apenas pré e pós-teste).

Os resultados sistematizados na Tabela 2 permitem-nos comparar as atitudes do grupo experimental e do grupo de controlo relativamente à violência física, psicológica e sexual, exercida por rapazes e raparigas nos relacionamentos de namoro, no pré-teste e no pós-teste.

TABELA 2

*Atitudes face à utilização de violência nos relacionamentos de namoro, no grupo de controlo e no grupo experimental, nos momentos de pré e pós-teste (ns: não significativo para $p > .05$; *significativo para $p < .05$; **significativo para $p < .001$)*

			<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Legitimação da violência psicológica masculina (VPM)	Pré-teste	GE	23.1 (4.42)	538	1.885	665	<i>ns</i>
		GC	22.3 (4.47)	129			
	Pós-teste	GE	20.6 (4.30)	482	-2.546	183.612	*
		GC	21.8 (4.77)	127			
Legitimação da violência física masculina (VFM)	Pré-teste	GE	17.0 (4.32)	565	3.405	216.786	**
		GC	15.6 (3.82)	132			
	Pós-teste	GE	15.5 (3.96)	485	-2.468	180.382	*
		GC	16.6 (4.80)	131			
Legitimação da violência sexual masculina (VSM)	Pré-teste	GE	15.6 (3.35)	569	1.516	697	<i>ns</i>
		GC	15.1 (3.24)	130			
	Pós-teste	GE	14.4 (3.15)	494	-1.487	599	<i>ns</i>
		GC	14.9 (3.40)	107			
Legitimação da violência psicológica feminina (VPF)	Pré-teste	GE	19.1 (3.83)	570	2.384	698	*
		GC	18.2 (3.40)	130			
	Pós-teste	GE	16.7 (3.73)	492	-3.803	186.686	**
		GC	18.3 (4.39)	133			
Legitimação da violência física feminina (VFF)	Pré-teste	GE	18.8 (4.62)	540	.497	666	<i>ns</i>
		GC	18.5 (4.94)	128			
	Pós-teste	GE	16.1 (4.00)	489	-3.914	170.863	**
		GC	18.0 (5.15)	129			
Legitimação da violência sexual feminina (VSF)	Pré-teste	GE	16.9 (3.94)	536	-.751	665	<i>ns</i>
		GC	17.2 (4.45)	131			
	Pós-teste	GE	15.7 (3.98)	491	-2.869	176.114	**
		GC	17.1 (5.01)	131			
Nota Total	Pré-teste	GE	109.5 (18.47)		1.725	598	<i>ns</i>
		GC	106.3 (17.60)				
	Pós-teste	GE	97.8 (18.05)		-2.080	529	*
		GC	102.7 (21.25)				

Verificamos que não existiam diferenças significativas entre o grupo experimental e o grupo controlo no pré-teste, nem na nota total [$t(598)=1.725, p > .05$] nem em quatro das seis subescalas que integram o questionário [VFM: $t(665)=1.885, p > .05$; VSM: $t(697)=1.516, p > .05$; VFF: $t(666)=.497, p > .05$; VSF: $t(665)=-.751, p > .05$]. Existiam, no entanto, diferenças significativas nas subescalas de legitimação da violência física masculina [$t(216.786)=3.405, p < .05$] e na legitimação

da violência psicológica feminina ($t(698)=2.384, p<.05$), em ambos os casos superiores no grupo experimental.

Apesar destas duas diferenças no pré-teste, considerámos justificada a utilização deste grupo de controlo, pelas seguintes razões: (1) o facto de a diferença entre grupos no valor da nota total não ser estatisticamente significativa, (2) o facto de a diferença entre o grupo experimental e de controlo não ser significativa na maioria das subescalas do questionário, e (3) o facto de nos dois casos em que existem diferenças, os valores de tolerância do grupo experimental serem, em pré-teste, superiores ao do grupo de controlo, não colocando o segundo em desvantagem clara em relação ao primeiro.

Como podemos também ver na Tabela 2, no pós-teste o grupo experimental e de controlo apresentaram diferenças estatisticamente significativas em todas as escalas, à excepção da referente à legitimação da violência sexual masculina [VSM: $t(599)=-1.487, p>.05$]. Essas diferenças foram todas no sentido da maior elevação dos valores de legitimação das diferentes formas de violência no grupo de controlo [nota total: $t(529)=-2.080, p<.05$; VPM: $t(183.612)=-2.546, p<.05$; VFM: $t(180.382)=-2.468, p<.05$; VPF: $t(186.686)=-3.803, p<.05$; VFF: $t(170.863)=-3.914, p<.05$; VSF: $t(176.114)=-2.869, p<.05$].

Apresentamos de seguida (cf. Tabela 3) uma análise mais detalhada do impacto da intervenção no grupo experimental, comparando os resultados atitudinais nos três momentos de avaliação: pré-teste, pós-teste e *follow-up*.

TABELA 3

*Resultados do impacto da intervenção ao nível das atitudes
(ANOVA para medidas repetidas) no grupo experimental*

*(ns – não significativo para $p>.05$; *significativo para $p<.05$; **significativo para $p<.001$)*

		<i>M (DP)</i>	<i>N</i>	<i>F</i>	<i>g.l.</i>	<i>P</i>	<i>Comparações múltiplas (Bonferroni)</i>	
Legitimação da violência psicológica masculina (VPM)	Pré-teste (1)	22.3 (1.48)	355	70.671	(1.923, 471.147)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	19.8 (1.32)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	20.1 (1.34)					2-3	<i>n.s.</i>
Legitimação da violência física masculina (VFM)	Pré-teste (1)	16.24 (1.35)	356	20.341	(2.490)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	15.0 (1.25)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	15.1 (1.26)					2-3	<i>n.s.</i>
Legitimação da violência sexual masculina (VSM)	Pré-teste (1)	14.8 (1.24)	362	43.465	(1.967, 481.898)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	13.6 (1.13)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	13.8 (1.15)					2-3	<i>n.s.</i>
Legitimação da violência psicológica feminina (VPF)	Pré-teste (1)	18.4 (1.42)	359	80.540	(2, 490)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	16.1 (1.24)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	16.5 (1.27)					2-3	<i>n.s.</i>
Legitimação da violência física feminina (VFF)	Pré-teste (1)	18.3 (1.53)	354	69.328	(1.884, 461.493)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	15.6 (1.30)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	16.2 (1.35)					2-3	*
Legitimação da violência sexual feminina (VSF)	Pré-teste (1)	16.2 (1.35)	352	54.332	(1.750, 428.654)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	14.4 (1.20)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	14.6 (1.21)					2-3	<i>n.s.</i>
Nota total	Pré-teste (1)	106.2 (1.40)	323	135.380	(1.889, 464.738)	**	1-2	**
	Pós-teste (2)	94.3 (1.24)					1-3	**
	<i>Follow-up</i> (3)	96.1 (1.26)					2-3	*

Os resultados da análise estatística realizada (ANOVA para medidas repetidas) apontam para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os resultados recolhidos nas diferentes fases de aplicação dos questionários. Verificou-se após a intervenção uma diminuição das atitudes legitimadoras da violência, quer a um nível mais global, expressa através dos valores da nota total [$F(1.889, 464.738)=135.380, p<.001$], quer ao nível dos diferentes factores: violência psicológica masculina [$F(1.923, 471.147)=70.671, p<.001$], violência física masculina [$F(2, 490)=20.341, p<.001$], violência sexual masculina [$F(1.967, 481.898)=43.465, p<.001$], violência psicológica feminina [$F(2, 490)=80.540, p<.001$], violência física feminina [$F(1.884, 461.493)=69.328, p<.001$] e violência sexual feminina [$F(1.750, 428.654)=54.332, p<.001$].

Analisando o impacto da intervenção a médio prazo, através da comparação entre o pós-teste e o *follow-up*, verifica-se uma manutenção do impacto (ausência de diferenças estatisticamente significativas) nas escalas de atitudes acerca da violência exercida pelos rapazes e nas escalas de violência física e sexual feminina. Já nas escalas de violência física feminina e na nota global existem diferenças significativas entre estes dois momentos de avaliação [VFF: $F(1, 245)=8.851, p<.05$; nota total: $F(1,245)=7,537, p<.05$], com um aumento das médias de legitimação no *follow-up*. Note-se, contudo, que apesar deste acréscimo as diferenças do *follow-up* para o pré-teste permanecem significativas (cf. Tabela 3).

Por sua vez, os resultados do teste *t* para amostras emparelhadas realizado com o grupo de controlo (cf. Tabela 4) apontam para ausência de diferenças significativas entre os resultados recolhidos nas duas aplicações, correspondentes aos momentos de pré-teste e pós-teste no grupo experimental.

TABELA 4

Resultados da intervenção ao nível das atitudes (Teste t para amostras emparelhadas) no grupo de controlo (ns – não significativo para $p>.05$)

		M (DP)	N	t	g.l.	p
Legitimação da violência psicológica masculina (VPM)	Pré-teste	22.1 (4.35)	114	1.935	113	ns
	Pós-teste	21.4 (4.63)				
Legitimação da violência física masculina (VFM)	Pré-teste	15.8 (3.97)	118	-1.762	117	ns
	Pós-teste	16.3 (4.75)				
Legitimação da violência sexual masculina (VSM)	Pré-teste	14.8 (3.09)	95	0.871	94	ns
	Pós-teste	14.6 (3.37)				
Legitimação da violência psicológica feminina (VPF)	Pré-teste	18.2 (3.45)	120	.634	119	ns
	Pós-teste	18.0 (4.39)				
Legitimação da violência física feminina (VFF)	Pré-teste	18.4 (5.02)	114	1.894	113	ns
	Pós-teste	17.7 (5.15)				
Legitimação da violência sexual feminina (VSF)	Pré-teste	17.0 (4.39)	118	.763	117	ns
	Pós-teste	16.8 (5.00)				
Nota total	Pré-teste	102.9 (17.01)	80	1.892	79	ns
	Pós-teste	100.5 (21.08)				

Apesar de se verificarem variações nos valores médios entre os dois momentos de avaliação, estas não foram estatisticamente significativas, nem a um nível mais global, traduzido pela nota total [$t(80)=1.825, p>.05$], nem ao nível dos diferentes factores: violência psicológica masculina [$t(113)=1.935, p>.05$] violência física masculina [$t(117)=-1.762, p>.05$], violência sexual

masculina [$t(94)=.871, p>.05$], violência psicológica feminina [$t(119)=.634, p>.05$], violência física feminina [$t(113)=1.894, p>.05$] e violência sexual feminina [$t(117)=.763, p>.05$].

Impacto da intervenção em função do género no grupo experimental

Na Tabela 5 podemos verificar que os níveis de acordo dos rapazes com as crenças legitimadoras da violência são, de um modo geral, superiores e significativamente diferentes dos das raparigas nos três momentos de análise.

TABELA 5

*Diferenças de género nos valores médios da nota total da escala de atitudes, nos diferentes momentos de avaliação (**significativo para $p<.001$)*

Nota Total	Sexo	M (DP)	N	t	gl	p
Pré-teste	Feminino	102.8 (15.16)	265	-9.487	404.906	**
	Masculino	117.8 (18.83)	214			
Pós-teste	Feminino	92.8 (14.84)	258	-7.078	313.921	**
	Masculino	105.1 (19.75)	180			
Follow-up	Feminino	91.7 (13.70)	189	-7.259	218.802	**
	Masculino	106.1 (20.03)	134			

Contudo, a análise individualizada dos resultados por género, permite-nos confirmar que o impacto da intervenção, com base na evolução dos resultados, é significativo para ambos os géneros (cf. Tabela 6)

TABELA 6

*Diferenças de género no impacto ao nível atitudinal, nos diferentes momentos de avaliação (ns: não significativo para $p>.05$; *significativo para $p<.05$; **significativo para $p<.001$)*

		M (DP)	N	F	g.l.	P	Comparações múltiplas (Bonferroni)
Feminino	Pré-teste (1)	100.8 (1.12)	149	87.346	(1.867, 276.382)	**	1-2 **
	Pós-teste (2)	90.9 (1.02)					1-3 **
	Follow-up (3)	91.6 (1.12)					2-3 ns
Masculino	Pré-teste (1)	114.5 (1.94)	97	55.702	(1.872, 179.667)	**	1-2 **
	Pós-teste (2)	99.6 (1.75)					1-3 **
	Follow-up (3)	103.2 (1.86)					2-3 *

Quando comparamos, para cada género, o impacto da intervenção realizada, constatamos que, quer nos rapazes quer nas raparigas, se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes momentos de avaliação [feminino: $F(1.867,276.382)=87.346, p<.001$; masculino: $F(1.872, 179.667)=55.702, p<.001$]. A comparação múltipla dos dados permite confirmar a diminuição estatisticamente significativa do acordo com atitudes legitimadoras da violência, imediatamente após a intervenção, em ambos os géneros. A médio prazo verifica-se uma ligeira elevação dos valores, também em ambos os géneros, apesar de em nenhum dos casos se

aproximarem significativamente dos resultados iniciais (a diferença entre as médias do pré-teste e do *follow-up* é sempre estatisticamente significativa, reforçando a tendência para a manutenção dos resultados da intervenção realizada, pelo menos a médio-prazo). Note-se, contudo, que a manutenção dos resultados no *follow-up* parece mais sólida no caso das raparigas, já que nestas a diferença verificada entre pós-teste e *follow-up* não é significativa, ao contrário do constatado nos rapazes.

Resultados ao nível comportamental

Impacto da intervenção

As Tabelas 7 e 8 procuram sistematizar a comparação do grupo experimental (GE) e do grupo de controlo (GC), nos dois momentos de avaliação (pré e pós-teste).

TABELA 7

Comparação entre o grupo experimental e o grupo de controlo, no pré e no pós-teste (teste t para amostras independentes) relativamente à utilização de estratégias de resolução de conflitos, utilizadas pelo próprio e pelo outro (ns: não significativo para $p > .05$)

			<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do próprio	Pré-teste	GE	479	16.4 (5.33)	-.678	578	<i>ns</i>
		GC	107	16.8 (4.73)			
	Pós-teste	GE	297	17.4 (4.93)	.573	401	
		GC	106	17.1 (4.94)			
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do outro	Pré-teste	GE	471	15.1 (5.30)	-1.287	571	<i>ns</i>
		GC	109	15.8 (4.92)			
	Pós-teste	GE	291	16.1 (4.96)	-.053	391	
		GC	102	16.2 (5.18)			
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do próprio	Pré-teste	GE	479	4.6 (4.42)	-1.606	584	<i>ns</i>
		GC	107	5.4 (4.79)			
	Pós-teste	GE	295	4.4 (4.35)	-1.242	401	
		GC	108	5.1 (5.97)			
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do parceiro ou parceira	Pré-teste	GE	467	5.1 (5.30)	-1.379	570	<i>ns</i>
		GC	105	5.9 (4.91)			
	Pós-teste	GE	292	4.8 (5.07)	-1.507	149.371	
		GC	479	5.9 (6.95)			

Os dados da Tabela 8 confirmam a inexistência de diferenças significativas entre o grupo experimental e o grupo de controlo na utilização de estratégias positivas ou não abusivas de resolução de conflitos, no momento prévio à intervenção, quer ao nível das estratégias adoptadas pelo próprio [$t(578)=-.678, p > .05$], quer ao nível das estratégias adoptadas pelo outro [$t(571)=-1.287, p > .05$]. Esta ausência de diferenças mantém-se no momento do pós-teste [estratégias adoptadas pelo próprio: $t(401)=.573, p > .05$; estratégias adoptadas pelo outro: $t(391)=-.053, p > .05$].

Estes resultados repetem-se relativamente às diferenças entre o grupo experimental e o grupo de controlo na utilização de estratégias de resolução de conflitos abusivas: ausência de diferenças antes da intervenção [estratégias do próprio: $t(584)=-1.606, p>.05$; estratégias do outro: $t(570)=-1.379, p>.05$] e também após a intervenção [estratégias do próprio: $t(401)=-1.242, p>.05$; estratégias do outro: $t(149.371)=-1.507, p>.05$].

Passamos de seguida a analisar mais especificamente a evolução de cada grupo ao longo dos diferentes momentos da avaliação (cf. Tabela 8). Nesta tabela não serão apresentados dados de *follow-up*, nem para o grupo experimental, nem para o grupo de controlo. Tal como já foi anteriormente explicado, relativamente ao grupo de controlo, em virtude dos condicionamentos impostos pelo final do ano lectivo e pela necessidade de realizar uma acção de sensibilização, não foi possível recolher dados de *follow-up*. Quanto ao grupo experimental, foi presumido que, sendo o intervalo de tempo decorrido entre o início e o final da intervenção de apenas 45 dias, e avaliando o questionário comportamentos sucedidos ao longo do último ano, a avaliação imediata após a última sessão não permitiria detectar as eventuais mudanças comportamentais ocorridas. Por isso, a avaliação de pós-teste comportamental foi realizada cerca de 4 meses após a intervenção, no mesmo momento em que foi efectuado o *follow-up* relativamente às atitudes.

TABELA 8

*Comparação entre o grupo experimental e o grupo de controlo, no pré e pós-teste (teste t para amostras emparelhadas) relativamente à utilização de estratégias de resolução de conflitos, utilizadas pelo próprio e pelo outro (ns: não significativo para $p>.05$; * $p<.05$)*

			N	M (SD)	t	g.l.	p
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do próprio	Grupo experimental	Pré-teste	274	17.0 (5.41)	-1.482	273	ns
		Pós-teste		17.4 (4.99)			
	Grupo de controlo	Pré-teste	94	17.0 (4.81)			
		Pós-teste	94	17.3 (4.60)			
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do outro	Grupo experimental	Pré-teste	268	15.6 (5.15)	-2.050	267	*
		Pós-teste		16.3 (4.96)			
	Grupo de controlo	Pré-teste	92	16.1 (4.85)			
		Pós-teste	92	16.5 (4.81)			
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do próprio	Grupo experimental	Pré-teste	282	4.6 (4.42)	0.730	281	ns
		Pós-teste		4.4 (4.32)			
	Grupo de controlo	Pré-teste	93	5.2 (4.64)			
		Pós-teste	93	4.9 (4.78)			
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do parceiro ou parceira	Grupo experimental	Pré-teste	270	5.0 (5.18)	1.010	269	ns
		Pós-teste		4.7 (5.01)			
	Grupo de controlo	Pré-teste	91	5.8 (4.70)			
		Pós-teste	91	5.9 (6.72)			

No que concerne ao impacto da intervenção no grupo experimental quanto à adopção de estratégias positivas de resolução de conflitos, as diferenças verificadas entre o momento anterior e posterior à intervenção apenas são estatisticamente significativas no relato das estratégias

positivas ou não abusivas adoptadas pelo outro [$t(267)=-2.050, p<.05$]. No grupo de controlo, em nenhum dos factores foram percebidas diferenças significativas entre o “pré-teste” e o “pós-teste” (cf. Tabela 8).

Relativamente ao impacto na utilização de estratégias abusivas adoptadas pelo próprio, os dados revelam a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre o pré-teste e o pós-teste, quer no grupo de controlo [$t(92)=.619, p>.05$], quer no grupo experimental [$t(281)=.730, p>.05$] (cf. Tabela 8).

Impacto da intervenção em função do género

A Tabela 9 compara os resultados obtidos em função do género dos participantes, nos diferentes momentos da intervenção.

TABELA 9

*Diferenças de género nos valores médios da utilização de estratégias de resolução de conflitos, por parte do próprio e por parte do outro (ns: não significativo para $p>.05$; * $p<.05$; ** $p<.001$)*

			<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>	
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do próprio	Pré-teste	Feminino	264	16.9 (5.04)	2.462	469	*	
		Masculino	207	15.7 (5.62)				
	Pós-teste	Feminino	188	17.6 (4.44)	.800	184.277	ns	
		Masculino	109	17.1 (5.69)				
	Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do parceiro ou parceira	Pré-teste	Feminino	263	15.8 (5.18)	3.140	464	**
			Masculino	203	14.2 (5.34)			
Pós-teste		Feminino	182	16.6 (4.71)	1.785	206.331	ns	
		Masculino	109	15.5(5.31)				
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do próprio		Pré-teste	Feminino	269	5.2 (4.75)	3.156	476.303	**
			Masculino	210	3.9 (3.85)			
	Pós-teste	Feminino	184	4.7 (4.29)	1.168	293	ns	
		Masculino	111	4.0 (4.45)				
	Estratégias de resolução de conflitos abusivas do parceiro ou parceira	Pré-teste	Feminino	265	5.7 (5.75)	2.429	417.501	*
			Masculino	202	4.5 (4.58)			
Pós-teste		Feminino	183	5.1 (5.18)	1.319	290	ns	
		Masculino	109	4.3 (4.86)				

Como podemos ver na Tabela 9, numa fase anterior à intervenção, a utilização das estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas pelo próprio e pelo outro, por parte dos rapazes e das raparigas, diferia significativamente [respectivamente $t(469)=2.462, p<.05$ e $t(464)=3.140, p<.05$]. As raparigas relatavam uma maior utilização de estratégias positivas ou não abusivas do que os rapazes, ao mesmo tempo que também mais facilmente identificavam no seu parceiro a utilização destes comportamentos. Após a intervenção, estas diferenças deixaram de ser estatisticamente significativas.

Por sua vez, também previamente à intervenção existiam diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas, quer no relato das estratégias de resolução de conflitos abusivas utilizadas pelo próprio [$t(476.303)=3.156, p<.001$], quer no relato das estratégias abusivas utilizadas pelo outro [$t(417.501)=2.429, p<.05$]. As raparigas relatavam maior utilização pessoal de estratégias abusivas, ao mesmo tempo que denunciavam também uma maior utilização de estratégias abusivas pelos seus parceiros. Tal como nos dados relatados na tabela anterior, após a intervenção estas diferenças dissiparam-se, deixando de ser significativas.

Finalmente, a Tabela 10 apresenta a evolução dos resultados de cada género ao longo da intervenção.

TABELA 10

*Diferenças de género no impacto da intervenção (teste T para amostras emparelhadas) na utilização de estratégias de resolução de conflitos, utilizadas pelo próprio e pelo outro (ns: não significativo, $p>.05$; $*p<.05$)*

	N	M (SD)	t	g.l.	p		
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do próprio	Feminino	Pré-teste		176	17.4 (4.95)	-.371175	ns
		Pós-teste			17.5 (4.50)		
	Masculino	Pré-teste		98	16.2 (6.10)	-1.933 97	ns
		Pós-teste			17.2 (5.78)		
Estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas do parceiro ou parceira	Feminino	Pré-teste		173	16.3 (4.74)	-.764172	ns
		Pós-teste			16.6 (4.80)		
	Masculino	Pré-teste		95	14.5 (5.68)	-2.449 94	*
		Pós-teste			15.8 (5.23)		
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do próprio	Feminino	Pré-teste		179	5.3 (4.84)	1.817178	ns
		Pós-teste			4.8 (4.30)		
	Masculino	Pré-teste		103	3.5 (3.33)	-.925102	ns
		Pós-teste			3.9 (4.34)		
Estratégias de resolução de conflitos abusivas do parceiro ou parceira	Feminino	Pré-teste		172	5.7 (5.62)	1.466171	ns
		Pós-teste			5.2 (5.20)		
	Masculino	Pré-teste		98	3.9 (4.09)	-.164 97	ns
		Pós-teste			4.0 (4.59)		

Os dados sistematizados na Tabela 10 permitem perceber uma elevação significativa, após a intervenção, na identificação pelos rapazes de estratégias de resolução de conflitos positivas ou não abusivas adoptadas pelas suas parceiras [$t(94)=-2.449, p<.05$]. Relativamente aos restantes factores, apesar das pequenas variações encontradas, verifica-se que, para nenhum dos géneros, ocorrem mudanças significativas após a intervenção.

Em suma, de um modo geral há diferenças de género no momento prévio à intervenção, mas não há diferenças ao nível do impacto da mesma.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que concerne à mudança de atitudes, os resultados a curto e a médio prazo da intervenção realizada pelo Projecto IUNO II são, de algum modo, encorajadores. De facto, e apesar de os adolescentes se mostrarem, na generalidade, previamente intolerantes face à utilização de

comportamentos de violência física, psicológica ou sexual nos seus relacionamentos, podemos considerar que esta intervenção, ainda que provavelmente coadjuvada por outros factores (e.g., outras acções de informação e sensibilização desenvolvidas na escola ou na comunidade, o papel dos pares na censura de determinados comportamentos, experiências pessoais durante o período em análise), terá contribuído para a diminuição das atitudes de tolerância dos adolescentes face a determinados comportamentos abusivos nas relações íntimas e a um reforço da sua intolerância face a outros.

Ainda assim, importa referir que os rapazes apresentaram níveis significativamente mais elevados de tolerância às diferentes formas de violência, quer estas fossem perpetradas por rapazes ou por raparigas. Esta superior legitimação tem sido encontrada em diferentes estudos e por diferentes autores (e.g., Katz, Kuffel, & Coblenz, 2002; Machado et al., 2009; Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006), e tem sido explicada, nomeadamente, pelo facto de os rapazes serem socializados no sentido de uma maior agressividade nos seus relacionamentos interpessoais. Contudo, esta diferença não condicionou o impacto da intervenção a nível atitudinal, sendo este significativo quer na amostra de rapazes, quer na amostra de raparigas.

Em nosso entender, para este resultado poderão ter contribuído algumas das actividades desenvolvidas junto do grupo (informação acerca do tema, discussões de grupo, desafio de mitos), mas também o permanente esforço efectuado em não identificar, ao longo da intervenção, um perfil de agressor como pertencente ao género masculino e um perfil de vítima como pertencente ao género feminino, diminuindo a potencial resistência dos rapazes à intervenção.

Os dados do impacto da intervenção relativamente às mudanças de comportamento já não são tão encorajadores, uma vez que os resultados esperados ao nível do aumento da utilização de estratégias positivas de resolução de conflitos e ao nível da diminuição da utilização de estratégias abusivas não se verificaram. Todavia, a experiência internacional dos programas de prevenção realizados nesta área, fazia já antecipar que a mudança de comportamentos seria um objectivo mais difícil de atingir do que a mudança de atitudes (Whitaker et al., 2006).

Estes resultados podem também estar associados com características inerentes à própria intervenção, como o facto de ter uma duração breve e uma orientação mais informativa do que comportamental. Na verdade, apesar de terem sido discutidas algumas estratégias de resolução de conflitos, através da apresentação de casos práticos, não podemos considerar que tenha existido um efectivo treino de competências de resolução de conflitos.

Finalmente, as próprias características do instrumento de avaliação poderão ser responsáveis pela não identificação de mudanças. Efectivamente, o inventário de comportamentos utilizado questiona os alunos acerca dos comportamentos ocorridos nas suas relações de namoro durante o último ano. Ora, se a segunda administração do questionário acontece num período inferior a um ano, como foi o caso, poderia acontecer um aumento, mas seria pouco provável que ocorresse uma diminuição significativa do número de comportamentos anteriormente elencados. Por outro lado, a volatilidade associada aos relacionamentos de namoro pode ser limitadora da validade da informação dada pela vítima relativamente ao agressor, uma vez que a díade poderá ter mudado no intervalo de tempo decorrido entre a primeira e a segunda recolha de informação.

No que concerne às diferenças comportamentais em função do género, os dados recolhidos na fase anterior à intervenção revelam um padrão assimétrico: as raparigas relatam maior utilização de estratégias abusivas, ainda que, também em maior grau, considerem que os seus parceiros fazem uso destas estratégias; por outro lado, no que se refere à utilização de estratégias positivas ou não abusivas de resolução de conflitos, também se distinguem dos rapazes, relatando mais estratégias de resolução de conflitos positivas, quer usadas por si quer pelos seus namorados.

De um modo geral, os estudos nacionais e internacionais conduzidos neste domínio têm corroborado esta tendência de maior relato de agressão por parte das raparigas, pelo menos no que respeita a actos de menor gravidade (e.g., Lewis & Fremouw, 2001; Machado, Matos, & Moreira,

2003; Machado, Caridade, & Martins, 2009; Magdol, Moffitt, Caspi, Newman, & Fagan, 1997; Paiva & Figueiredo, 2004). As justificações para estes resultados podem ser diversas: as raparigas serão alvo de menores sanções sociais por exercerem violência e por isso poderão não ter tanta relutância em assumi-la, enquanto nos rapazes as pressões sociais limitam e censuram estes comportamentos e a sua admissão (Avery-Leaf & Cascardi, 2002); por outro lado, as jovens podem não ter a percepção da gravidade do seu comportamento, dado o diminuto dano físico causado pelas suas acções, comparativamente com as dos rapazes (Hickman, Jaycox, & Aronoff, 2004).

Quanto aos valores relatados pelos rapazes, estes podem reflectir a tentativa de minimizar a adopção de comportamentos agressivos, não os valorizando ou assumindo, optando por uma resposta socialmente mais desejável e menos passível de reprovação social (Feiring, Deblinger, Hoch-Espada, & Haworth, 2002). Em relação à menor utilização de estratégias positivas de resolução de conflitos, tal poderá estar associado a uma socialização predominantemente agressiva, em que alternativas não violentas não são tão estimuladas e reforçadas.

Relativamente às mudanças pós intervenção, as diferenças entre rapazes e raparigas quanto às estratégias de resolução de conflitos tornaram-se praticamente inexistentes. Estes dados poderão reflectir um superior impacto da intervenção nos rapazes, superando as diferenças previamente existentes, sugerindo mesmo que alguns alunos poderão beneficiar mais deste tipo de programa do que outros. Esta interpretação poderá ser reforçada pelo facto de ser precisamente no grupo dos rapazes que se verifica a única diferença significativa entre o pré e o pós-teste, ao nível da capacidade de identificação de estratégias positivas usadas pelas namoradas. Contudo, a inexistência de mudanças nas outras escalas sugere que esta possibilidade de interpretação deve ser cautelosamente tomada e que a questão do impacto diferencial deste tipo de programas em função do género deve ser alvo de estudos posteriores.

Em termos gerais, os resultados deste estudo, assentes na comparação de um grupo experimental e de um grupo de controlo, apontam para a probabilidade de a intervenção realizada, embora de carácter relativamente breve e com ênfase informativa/educacional, ter contribuído de forma positiva para a mudança de atitudes. Contudo, é certo que a mudança de comportamentos não pode ser presumida a partir da mudança atitudinal (Whitaker et al., 2006) e os dados deste estudo, de facto, não nos permitem constatar uma mudança comportamental como resultado da intervenção realizada. Julgamos, assim, fundamental, em resposta à necessidade de prevenir comportamentos de risco, mas também de promover comportamentos positivos nos relacionamentos, investir na identificação de modelos de intervenção capazes de promover mudanças ao nível comportamental e de identificar nos seus componentes, conteúdos, dinâmicas ou modelos teóricos subjacentes, quais os ingredientes para o impacto positivo nos comportamentos. Consideramos, a este propósito – e porque a intervenção aqui avaliada foi claramente insuficiente nesse domínio – que as próximas abordagens de prevenção deverão incluir um trabalho mais sistematizado e intensivo ao nível da aprendizagem e treino de competências de assertividade, resolução de conflitos e tomada de decisão.

Ainda no que diz respeito à avaliação do impacto, consideramos neste momento que os instrumentos utilizados deveriam ter incluído também a avaliação dos conhecimentos dos participantes, já que esta era uma das componentes essenciais desta dinâmica de sensibilização e informação. Salvaguardamos, contudo, que a última sessão, dedicada à produção de cartazes e de materiais de informação, nos permitiu formular uma impressão qualitativa sobre os conhecimentos dos alunos relativamente às formas de violência, impacto e procedimentos de pedido de ajuda. Também na última sessão foi percebida a reacção positiva dos alunos face aos conteúdos e dinâmicas utilizadas nas sessões, através do preenchimento de um questionário de satisfação.

Por outro lado, percebida a violência no namoro como parte de uma “constelação” de comportamentos de risco que têm lugar na adolescência e que têm trajectórias de desenvolvimento em tudo semelhantes (Whitaker et al., 2006), consideramos neste momento fundamental

desenvolver programas com uma abordagem integrada à prevenção dos comportamentos de risco dos adolescentes. De facto, esta intervenção incidiu fundamentalmente nas questões relacionadas com as relações de namoro, apesar de incluir também alguns elementos associados à pressão dos pares. Ainda que, nos 270 minutos desta acção, fosse impossível abordar outros elementos, ou efectuar uma articulação com outros comportamentos de risco, consideramos fundamental que futuros esforços de prevenção, mais alargados no tempo, possam investir numa abordagem mais integrada da prevenção.

Salientamos, contudo, que esta lógica integrada só será sustentável se fizer parte de um investimento na prevenção mais continuado. Com este programa, percebemos que as sessões de curta duração poderão produzir, pelo menos a curto e a médio prazo, efeitos positivos ao nível da mudança de atitudes, mas estamos convictos de que a mudança de comportamentos só será atingível através de uma intervenção mais continuada no tempo. Os exemplos mais conhecidos internacionalmente são o programa *Safe Dates* (Foshee et al., 1996, 1998, 2000, 2004, citados por Whitaker et al., 2006), o *Youth Relationship Project* (Wolfe, Wekerle, Gough, Reitzel-Jaffe, Grasley, Pittman, Lefebvre, & Stumpf, 1996) e o *The Fourth R* (Wolfe, Crooks, Chiodo, Hudges, & Jaffe, 2005), este último ainda numa fase de experimentação e validação.

A possibilidade deste esforço continuado é, ela própria, um desafio técnico e institucional. De facto, sabemos que um elemento limitador da continuidade e investimento por parte das entidades neste tipo de intervenções é a sua dependência de financiamentos extraordinários, como sejam os fundos comunitários (Saavedra & Machado, no prelo). O IUNO II, independentemente da qualidade dos seus resultados e da sua aceitação por parte dos alunos e das escolas, tinha, à partida, um tempo de início e de fim definido. Findo o financiamento, a equipa externa que se deslocou às escolas deixou de o poder fazer. Cumpre, assim, encontrar soluções organizacionais e técnicas que permitam assegurar a continuidade temporal dos esforços de prevenção e a capacitação das próprias instituições neste sentido, reduzindo a sua dependência de equipas exteriores. A reforçar este facto, mais uma vez fazemos referência à revisão de programas efectuada por Whitaker e colaboradores (2006), na qual seis dos dez programas realizados em contexto escolar foram assegurados pelos professores, apesar de também existir um número equiparável de programas assegurados por elementos da comunidade.

Futuras experiências preventivas deverão também dar continuidade e refinar a metodologia de avaliação aqui ensaiada. Efectivamente, como já atrás referimos, um dos erros mais comuns das intervenções realizadas tem sido a inexistência de grupos de controlo, a ausência de pré-teste, pós-teste e *follow-up*, os períodos excessivamente curtos para a aplicação de *follow-up*, as limitações dos instrumentos utilizados e a sobrevalorização da avaliação da satisfação dos sujeitos em detrimento da avaliação do impacto (Saavedra & Machado, no prelo; Whitaker et al., 2006). Na nossa intervenção procurámos ultrapassar algumas destas limitações, nomeadamente incluindo um grupo de controlo e seleccionando instrumentos validados para a população adolescente. Mas reconhecemos que o período de avaliação de *follow-up* foi insuficiente para nos permitir fazer afirmações mais peremptórias relativamente à eficácia da intervenção a médio prazo. Por sua vez, a impossibilidade da avaliação de *follow-up* no grupo de controlo foi também uma clara limitação deste estudo. Em futuras intervenções consideramos ainda fundamental aumentar o número de *follow-up* realizados, com vista a aferir o impacto a intervenção também a longo prazo.

Finalmente, no que ao contexto de intervenção se refere, consideramos que a opção pela intervenção em contexto escolar tem efectivamente vantagens, na medida em que possibilita uma abordagem universal, permitindo um fácil acesso a alunos com características bastante distintas e diminuindo a possibilidade de gerar situações de estigmatização ou discriminação. Contudo, em algumas situações poderá ser importante conduzir uma intervenção selectiva, sobretudo em contextos ou indivíduos que evidenciem a presença de factores de risco (e.g., já ter sido vítima ou agressor num relacionamento de namoro, ter experiências familiares de vitimação directa ou vicariante).

CONCLUSÃO

Portugal tem feito um investimento bastante lacunar ao nível da prevenção da violência nos relacionamentos íntimos. A comprovar esta afirmação, no estudo de Saavedra e Machado (no prelo), atrás referido, apenas foi identificado um número residual de iniciativas de informação, sensibilização ou prevenção e, entre estas, foram verificadas diversas deficiências ao nível da sustentação teórica da intervenção, da definição de metodologias de avaliação do impacto e da continuidade dos esforços preventivos realizados.

Neste programa procurámos colmatar algumas destas lacunas, nomeadamente através da identificação de uma problemática que fosse inequivocamente interessante para o grupo alvo, ou seja, os relacionamentos de namoro; promovemos o aumento do tempo de intervenção, com vista a uma discussão mais detalhada dos temas, à identificação de estratégias de prevenção e de estratégias de resolução de conflitos positivas e à criação de uma relação de maior proximidade com os grupos; e incluímos um grupo de controlo. O resultado destes esforços foi o reconhecimento do contributo deste modelo de intervenção de curta duração na diminuição das atitudes de legitimação da violência nos relacionamentos, ainda que não tenha sido confirmado o seu impacto nas estratégias de resolução de conflitos utilizadas.

Neste sentido, percebida a necessidade de desenvolver esforços mais específicos para a promoção do impacto ao nível dos comportamentos, reconhecemos a importância de um investimento, em futuras intervenções, centrado no treino efectivo de competências e numa avaliação direccionada para a aplicação prática destas aprendizagens.

Porém, estes propósitos não podem ser dissociados da necessidade de promover esforços mais continuados no tempo e de encontrar estratégias que permitam a sua sustentabilidade, nomeadamente através da formação de agentes chave dos contextos de intervenção – como por exemplo os professores –, dotando-os de competências e de instrumentos para uma maior autonomia na prossecução destas iniciativas.

Para finalizar, acrescentamos que a descrição desta intervenção procurou não apenas sistematizar o esforço realizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima neste domínio mas também, através da apresentação das dinâmicas realizadas e do reconhecimento dos limites da eficácia desta intervenção, permitir que outros práticos e investigadores possam usar esta experiência e a reflexão a partir dela realizada como ponto de partida para novos esforços de prevenção da violência nos relacionamentos íntimos.

REFERÊNCIAS

- Atkinson, L., Indermaur, D., & Blagg, H. (1998). *From dating violence to domestic violence: Putting a spoke in the wheel of the cycle of violence*. Comunicação apresentada na conferência Partnerships in Crime Prevention, Horbart.
- Avery-Leaf, S., & Cascardi, M. (2002). Dating violence education: Prevention and early strategies. In P. Schewe (Ed.), *Preventing violence in relationships* (pp. 79-106). Washington: American Psychological Association.
- Avery-Leaf, S., Cascardi, M., O'Leary, K. D., & Cano, A. (1997). Efficacy of a dating violence prevention program on attitudes justifying aggression. *Journal of Adolescents Health, 21*, 11-17.
- Caridade, S. (2009). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens*. Dissertação de doutoramento não publicada. Braga: IEP, Universidade do Minho.

- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica, XXIV*(4), 485-493.
- Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women Studies International Forum, 28*, 445-455.
- Cleveland, H. H., Herrera, V. M., & Stuewig, J. (2003). Abusive males and abused females in adolescent relationships: Risk factor similarity and dissimilarity and the role of relationship seriousness. *Journal of Family Violence, 16*, 325-339.
- Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica. (2006). *Guia de recursos na área da violência doméstica*. Lisboa
- Feiring, C., Deblinger, E., Hoch-Espada, A., & Haworth, T. (2002). Romantic relationship aggression and attitudes in high school students: The role of gender, grade and attachment and emotional styles. *Journal of Youth and Adolescents, 31*, 373-385.
- Gover, A. R. (2004). Risky lifestyles and dating violence: A theoretical test of violent victimization. *Journal of Criminal Justice, 32*, 171-180.
- Hammond, W. R., Whitaker, D. J., Lutzker, J. R., Mercy, J., & Chin, P. M. (2006). Setting a violence prevention agenda at the centers for disease control and prevention. *Aggression and Violent Behaviour, 11*, 112-119.
- Hickman, L. J., Jaycox, L. H., & Aronoff, J. (2004). Dating violence among adolescents. Prevalence, gender distribution, and prevention program effectiveness. *Trauma, Violence and Abuse, 5*, 123-142.
- Jackson, S. M., Cram, F., & Seymour, F. W. (2000). Violence and sexual coercion in high school student's dating relationships. *Journal of Family Violence, 15*, 23-36.
- Katz, J., Kuffel, S. W., & Coblentz, A. (2002). Are there gender differences in sustaining dating violence? An examination of frequency, severity, and relationship satisfaction. *Journal of Family Violence, 17*, 247-271.
- Lewis, S. F., & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical Psychology Review, 1*, 105-127.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2009). Violence in juvenile dating relationships: Self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence, 25*, 43-52. Doi 10.1007/s10896-009-9268.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psicologica, 33*, 69-83.
- Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Newman, D. L., Fagan, J., & Silva, P. A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65*, 68-78.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crime. Vol. I: Adultos* (pp. 83-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro com adolescentes em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática, 8*, 55-75.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo da prevalência em jovens adultos portugueses. *Psicologica, 36*, 75-107.
- Price, E. L., & Byers, E. S. (1999). The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence, 14*, 351-375.
- Price, E. L., Byers, E. S., Scars, H. A., Whelan, J., Saint-Pierre, M., & The Dating Violence Research (2000). *Dating violence amongst students in grades 7, 9 and 11 in New Brunswick: A summary of two studies*. Retirado de <http://www.unbf.ca/arts/CFVR/dating.html>

- Saavedra, R., & Machado, C. (2007). Sensibilização e informação sobre violência doméstica e sexual em contexto escolar: Estudo exploratório. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 219-235.
- Saavedra, R., & Machado, C. (no prelo). Programas de prevenção primária da violência nos relacionamentos íntimos: Uma revisão sistemática da prática internacional e portuguesa. *Psicologia*.
- Saavedra, R., Machado, C., & Martins, C. (no prelo). Escala de atitudes sobre a violência no namoro (EAVN). In L. S. Almeida, M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (vol. II). Coimbra: Almedina.
- Saavedra, R., Machado, C., Martins, C., & Vieira, D. (2011). Inventário de conflitos nas relações de namoro entre adolescentes. In C. Machado, M. M. Gonçalves, L. Almeida, & M. R. Simões (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (vol. I). Coimbra: Almedina.
- Schewe, P. (2002). New directions in preventing interpersonal violence In P. Schewe (Ed.), *Preventing violence in relationships* (pp. 3-8). Washington, DC: American Psychological Association.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology Review*, 19, 435-456.
- Whitaker, D. J., Morrison, S., Lindquist, C., Hawkins, S. R., O'Neil, J. A., Nesisus, A. M., Mathew, A., & Reese, L. (2006). A critical review of interventions for the primary prevention of perpetration of partner violence. *Aggression and Violent Behaviour*, 11, 151-166.
- Wolfe, D. A., & Jaffe, G. (1999). Emerging strategies in the prevention of domestic violence. *The future of children domestic violence and children*, 9, 133-144.
- Wolfe, D. A., Crooks, C., Chiodo, D., Huges, R., & Jaffe, P. (2005). *The Fourth R interim evaluation report*. London (ON): Centre for Prevention Science.
- Wolfe, D. A., Scott, K., Reitzel-Jaffe, D., Wekerle, C., Grayley, C., & Straatman, A. (2001). Development and validation of the conflict in adolescent dating relationships inventory. *Psychological Assessment*, 13, 277-293.
- Wolfe, D. A., Wekerle, C., Gough, R., Reitzel-Jaffe, D., Grasley, C., Pittman, L., Lefebvre, L., & Stumpf, J. (1996). *The youth relationship manual: A group approach with adolescents for the prevention of women abuse and the promotion of healthy relationships*. Thousand Oaks, CA: Sage.

This paper presents the evaluation of the impact of a preventive action about violence in dating relationships, conducted in a secondary school context. This action was composed by three sessions, 90 minutes each one, and involved 578 students from 15 schools in the north of Portugal.

All students filled, before and after the intervention, self-report questionnaires about their attitudes toward physical, psychological and sexual violence in dating relationships and about the conflict resolution strategies they use with their intimate partners.

Results showed that the intervention reduced violent prone attitudes, but had no impact in the conflict resolution strategies used by the participants. These results can be due to the fact that the program had a brief duration and a more informative than behavioral orientation.

The question of the differential impact of such programs by gender did not provide, in this study, conclusive results.

Key-words: Dating violence, Impact assessment, Prevention.